

DECRETO Nº 64/2016

SÚMULA: Regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social e dá Outras Providências".

ALCIR VALENTIN PIGOSO, Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **DECRETA**:

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º. Fica regulamentado o Fundo Municipal da Assistência Social - FMAS criado pelo artigo 28, da lei n.º 114/95, que será gerido e administrado na forma deste regulamento.

Art. 2º. O Fundo tem por objetivos facilitar a captação, o repasse e a aplicação dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de Assistência Social.

§ 1º. As ações de que trata o caput deste artigo referem-se àquelas descritas nos incisos do artigo 2º, e parágrafos do artigo 22, da lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, bem como às de enfrentamento da pobreza.

§ 2º. Eventualmente os recursos deste Fundo poderão ser destinados à pesquisa e ao estudo da situação dos beneficiários da assistência social, bem assim, à capacitação de recursos humanos.

§ 3º. Dependerá de deliberação expressa do Conselho Municipal da Assistência Social a autorização para aplicação de recursos do fundo em outros serviços, programas e projetos que não os estabelecidos no caput deste artigo.

§ 4º. Os recursos do Fundo serão administrados segundo o Plano de aplicação elaborado pelo Conselho Municipal da Assistência Social e aprovado pelo poder legislativo, constituindo parte integrante do orçamento do município de Pérola D'Oeste/PR.

CAPÍTULO II ADMINISTRAÇÃO SEDE E CONTROLE

Art. 3º. O Fundo Municipal de Assistência Social será subordinado à Secretaria Municipal de Assistência Social - "SMAS".

§ 1º. O Representante Legal do Fundo Municipal de Assistência Social será o(a) Gestor(a) da Política Municipal de Assistência Social juntamente com o Chefe do Executivo Municipal e o Secretário de Finanças e ou/ Tesoureiro.

§ 2º. O Fundo Municipal de Assistência Social terá sua sede na Rua Presidente Costa e Silva, nº 280, nesta cidade de Pérola D'Oeste - PR.

CAPÍTULO III RECURSOS DO FUNDO

Art. 4º. São Receitas do Fundo:

§ 1º. A dotação consignada anualmente no orçamento municipal e as verbas adicionais que a lei estabelecer no decurso de cada exercício;

§ 2º. Verbas repassadas pelos conselhos nacional e estadual de assistência social e outros órgãos oficiais;

§ 3º. Doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis que venha a receber de organismos e entidades nacionais e internacionais ou estrangeiras bem como de pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras;

§ 4º. Produto de convênios firmados por entidades financiadoras nacionais e/ou internacionais;

§ 5º. Produto de arrecadação de multas e juros de mora, conforme destinação prevista em lei específica;

§ 6º. Produto de aplicações financeiras dos recursos disponíveis, respeitada a legislação em vigor, bem como da venda de material, de publicações e da realização de eventos;

§ 7º. Recursos retidos em instituições financeiras sem destinação própria;

§ 8º. Outros recursos que porventura lhe foram destinados.

Art. 5º. Constituem ativos do fundo;

§ 1º. Disponibilidade monetária em bancos, oriunda das receitas específicas no artigo anterior;

§ 2º. Direitos que porventura vierem a ser constituídos;

§ 3º. Bens móveis e imóveis destinados à execução de programas e projetos do plano de aplicação.

Parágrafo único. Anualmente processar-se-á o inventário dos bens e direitos, vinculados ao fundo, que pertençam ao município.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DE ASSISTENCIA SOCIAL

Art. 6º. São atribuições do (a) Gestor (a) de Assistência Social:

§ 1º. Gerir o Fundo Municipal de Assistência Social;

§ 2º. Estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos, em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social;

§ 3º. Acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de Assistência Social;

§ 4º. Submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social o Plano de Aplicação a cargo do fundo, em consonância com o Plano Municipal de Assistência Social e com a lei de diretrizes orçamentárias;

§ 5º. Submeter ao Conselho de Assistência Social na Câmara de Vereadores em audiência pública as demonstrações trimestrais das receitas e despesas do fundo; ao Tribunal de Contas as demonstrações bimestrais, semestrais e anuais conforme for à exigibilidade de cada órgão;

§ 6º. Ordenar compras, assinar empenhos, autorizar pagamentos, autorizar eletronicamente os pagamentos das despesas referentes ao Fundo Municipal de Assistência Social, juntamente com o Prefeito Municipal e Secretario de Finanças e/ou Tesoureiro.

§ 7º. Firmar contratos e convênios, inclusive de empréstimos, juntamente com o Prefeito, referente a recursos que serão administrados diretamente pelo fundo;

§ 8º. Manter contato permanente com o setor de contabilidade do município a fim de acompanhar a execução orçamentário-financeira dos recursos do fundo bem como solicitar regularmente relatórios para acompanhamento, controle e prestação de contas dos recursos alocados ao fundo;

§ 9º. Manter o controle e a avaliação da produção das unidades integrantes do sistema de Assistência Social do município em conjunto com a tesouraria;

§ 10º. Manter, em conjunto com o setor de patrimônio do município, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga ao fundo.

CAPÍTULO V

CONTABILIZAÇÃO DO FUNDO

Art. 7º. A contabilidade tem por objetivo evidenciar a situação financeira e patrimonial do próprio fundo, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 8º. A contabilidade será centralizada e organizada de forma a permitir o exercício das funções de controle prévio, concomitante e subsequente, inclusive de apurar custos dos serviços, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

CAPÍTULO VI

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 9º. Até 30 dias após a promulgação da lei do orçamento, o órgão responsável pela coordenação da política de assistência social apresentará ao Conselho Municipal para análise e aprovação, o quadro de aplicação dos recursos do fundo para apoiar os programas e projetos contemplados no plano de aplicação.

Parágrafo único. O tesouro municipal fica obrigado a liberar para o fundo os recursos a ele destinados no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após a solicitação escrita encaminhada pelo "SMAS".

Art. 10º. Nenhuma despesa será realizada sem necessária cobertura de recursos.

Art. 11º. A despesa do fundo constituir-se-á:

§ 1º. Do financiamento total ou parcial dos serviços, programas e projetos constantes do plano de aplicação;

§ 2º. É vedada à aplicação de recursos do fundo para pagamentos de atividades do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 12º. A execução orçamentária da receita se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas neste regulamento e será depositada e movimentada através da rede bancária oficial, em conta especial aberta para este fim.

Art. 13º. As despesas decorrentes deste Decreto serão contabilizadas nas seguintes dotações/rubricas orçamentárias:

10.00 – Departamento de Assistência Social.

10.01 – Divisão do Fundo Municipal de Assistência Social.

08.244.0281-2.016 – Assistência Social Geral.

CAPÍTULO VII

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 14º. O Fundo está sujeito à prestação de contas de sua gestão ao Conselho Municipal de Assistência Social, ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas.

Art. 15 º. As entidades de direito público ou privado que receberem recursos transferidos do fundo a título de subvenções, auxílios, convênios ou transferências a qualquer título, serão obrigadas a comprovar a aplicação dos recursos recebidos segundo os fins a que foram destinados, sob pena de responsabilidade criminal e administrativa.

Art. 16º. A prestação de contas de que trata o artigo anterior será feita por transferência realizada, no exercício financeiro subsequente aos recebimentos.

Art. 17º. A prestação de contas de subvenções e auxílios sociais compor-se-á de:

§ 1º. Ofício de encaminhamento da prestação de contas;

§ 2º. Plano de aplicação a que se destinou o recurso;

§ 3º. Quadro demonstrativo das despesas efetuadas;

§ 4º. Notas fiscais de compras ou prestação de serviços, com quitação e recebimento;

§ 5º. Recibos, quando for o caso de trabalhador autônomo, sem vínculo empregatício;

§ 6º. Ata da comissão de licitação, quando for o caso de aquisição de material ou serviços que ultrapassem os valores estabelecidos em legislação específica.

§ 7º. Ofício de encaminhamento da prestação de contas;

§ 8º. Cópia de convênio e respectivo termo aditivo (quando houver);

§ 9º. Publicação da aprovação do convênio no diário oficial;

§ 10º. Publicação do convênio e termo aditivo (quando houver) no diário oficial;

§ 11º. Autorização governamental para firmar o convênio;

§ 12º. Nota de empenho;

§ 13º. Liquidação total / parcial de empenho;

§ 14º. Avisos de crédito bancário;

§ 15º. Parecer técnico - contábil;

§ 16º. Parecer técnico e laudo do engenheiro responsável, caso o objeto do convênio seja a realização de obras.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. O Fundo terá prazo de vigência indeterminado e o saldo positivo apurado em balanço ao final do período será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

Art. 19. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto Nº 43/2010 de 17/05/2010 em seu inteiro teor.

Gabinete do Prefeito Municipal de Perola d'Oeste, em treze de junho de dois mil e dezesseis.



Alcir Valentin Pigoso
Prefeito municipal

PUBLICADO	
JORNAL	JORNAL DE BELTRÃO
EDIÇÃO Nº	5968 PAG. 3B
DATA:	14/06/2016

PUBLICADO	
JORNAL	DIOEMS
EDIÇÃO Nº	1.124 PAGES. 43 E 44
DATA:	14/06/2016